



**Contrato Interadministrativo de Colaboração nº 787/2019,
de 27 /dezembro/2019**

Entre o Município de Sintra e a Freguesia de Casal de Cambra

Parque Intergeracional de Casal de Cambra (Parque Urbano 25 de Abril de 1974)

Considerando que:

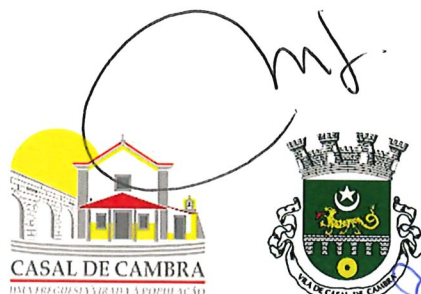
- O Município de Sintra pretende instalar um conjunto de parques intergeracionais no Concelho, indo ao encontro da satisfação das populações face à necessidade de tais equipamentos;
- A Freguesia de Casal de Cambra tem uma taxa de natalidade bastante elevada, mas, também, uma população envelhecida e bastante ativa;
- Se pretende criar no parque urbano uma simbiose entre as diferentes faixas etárias para a prática do desporto ao ar livre, de forma a promover o exercício físico para todas as idades, através da criação de um Parque Intergeracional;
- O parque urbano tem atualmente equipamentos infantis com mais de 20 anos que não cumprem a legislação atual, sendo pouco atrativos para a população;
- A Junta de Freguesia solicitou a melhoria deste espaço para utilidade de toda a família, onde irá permitir a congregação de uma zona verde, uma zona de lazer, um parque infantil moderno e atrativo e um local de treino para utilização por todas as faixas etárias;
- A Freguesia de Casal de Cambra disponibilizou-se para ser parceira do Município na concretização do "Parque Intergeracional" de Casal de Cambra – Parque Urbano 25 de Abril de 1974;

- As valências do parque que permitem a sua qualificação como “Parque Intergeracional” radicam no facto de prever um parque infantil para os mais pequenos e uma zona de estadia de que os seniores de Casal de Cambra podem usufruir;
- O Município de Sintra, considera que a prossecução deste projeto, a concretizar no âmbito mais lato do Parque Urbano 25 de Abril de 1974, em pareceria com a Junta de Freguesia, se reveste de interesse e que em muito vai beneficiar a população de Casal de Cambra;
- A Freguesia de Casal de Cambra dispõe-se ainda a garantir a manutenção, vigilância e limpeza do parque;
- Atento o correspondente esforço financeiro e porque se trata de um equipamento de utilização coletiva a ser integrado no património do Município, a Câmara Municipal de Sintra não pode, nem deve ficar alheia à disponibilidade manifestada pela Freguesia;
- As relações de índole convencional entre o Município e a Junta de Freguesia, em cumprimento do disposto no Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e atenta a natureza dos intervenientes, devem ser concretizadas através de um contrato interadministrativo;
- O contrato interadministrativo é entendido genericamente como aquele que é celebrado entre entidades administrativas, enquadrando-se no conjunto das relações jurídicas interadministrativas, estabelecidas à luz dos princípios da cooperação, da colaboração e da coordenação;
- Os contratos interadministrativos, segundo a melhor doutrina, “permitem conferir maior flexibilidade e capacidade de adaptação à Administração perante os desafios do mundo atual”;



- O presente contrato encontra-se subordinado a um regime substantivo de Direito Público, que resulta, exatamente, da funcionalização do seu regime jurídico à prossecução de um interesse público inserido nas atribuições das entidades administrativas contratantes, enquanto *"ponto de encontro de duas gestões públicas"*;
- Tanto o Município quanto a Freguesia, visam, no âmbito das respetivas atribuições, *"a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações"* em articulação recíproca;
- A concretização da obra e o garantir subsequente do funcionamento das instalações municipais do *"Parque Intergeracional de Casal de Cambra – Parque Urbano 25 de Abril de 1974"* se reveste de relevante interesse municipal;
- O presente contrato deve ser acompanhado da transferência dos meios necessários à sua adequada concretização;
- A celebração do presente contrato interadministrativo pressupõe prévia autorização quer da Assembleia de Freguesia, quer da Assembleia Municipal, sob proposta dos respetivos órgãos executivos [alínea j) do n.º 1 do artigo 9.º, alíneas m) e n) do n.º 1 do artigo 16.º, alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º e alíneas o), u) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro];
- No caso vertente, a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia de Casal de Cambra autorizaram a celebração do presente Contrato Interadministrativo de Colaboração nas suas reuniões de 25/09/2019 sob a proposta n.º 676-P/2019 aprovada pela Câmara Municipal na reunião 30/08/2019 e de 28/10/2019, respetivamente.

Entre:



O **MUNICÍPIO DE SINTRA**, pessoa coletiva de direito público nº 500 051 062, com sede no Largo Dr. Virgílio Horta, 2710-501 Sintra, neste ato representado pela Exma. Sra Vereadora da Câmara Municipal, **Maria da Piedade de Matos Pato Mendes**, ao abrigo da alínea iii, nº 2-A, do despacho de delegação de competências número 79-P/2017, de 16-11-2017, do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, identificado como **PRIMEIRO OUTORGANTE**.

e

A **FREGUESIA DE CASAL DE CAMBRA**, pessoa coletiva de direito público nº 506856704, com sede na Rua de Bragança, 1, 2605-457 Casal de Cambra, neste ato representada pelo Presidente da Junta de Freguesia, Senhor Dr. Mário Pedro de Moura Lopes dos Santos, no uso das suas competências previstas nas alíneas a), f) e g) do n.º 1 do artigo 18.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, identificado como **SEGUNDO OUTORGANTE**.

É livremente acordado de boa-fé, reduzido a escrito e reciprocamente aceite o presente Contrato Interadministrativo de Colaboração, adiante referido como "Contrato", que se rege pelas seguintes Cláusulas:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1 - O presente contrato tem por objeto disciplinar a concretização da obra de construção do "*Parque Intergeracional de Casal de Cambra*", no âmbito territorial do Parque Urbano 25 de Abril de 1974, promovida pelo **Segundo Outorgante**, o qual atuará enquanto dono da obra, sob permissão do **Primeiro Outorgante**.

2 - O espaço destinado à construção do "*Parque Intergeracional de Casal de Cambra*" está sito no Parque Urbano 25 de Abril de 1974, assinalado na planta em **Anexo I**.

3 - O presente contrato tem ainda por objeto disciplinar e regular o funcionamento, vigilância e limpeza do "Parque Intergeracional de Casal de Cambra", propriedade do **Primeiro Outorgante**, o qual é garantido pelo **Segundo Outorgante** com recursos humanos adequados ao fim em vista, incluindo as seguintes valências:

- a) Limpeza e vigilância das instalações do parque;
- b) Manutenção e vigilância do Parque Infantil;
- c) Manutenção e vigilância dos equipamentos;
- d) Desmatações, nos termos de indicação expressa dos serviços municipais competentes;
- e) Plantação progressiva de árvores e outras espécies, nos termos de indicação expressa pelos serviços municipais competentes;
- f) Manutenção das placas sinalizadoras.

4 - A titularidade do espaço não é transmitida ou onerada com a subscrição do presente contrato.

Cláusula 2.ª

Princípios

1 - A negociação, celebração, execução e cessação do presente contrato obedece aos princípios da subsidiariedade, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da necessidade e suficiência de recursos, bem como da boa administração.

2- Nas relações entre as partes contraentes vigoram os princípios da transparência, boa-fé, lealdade e cooperação, pautados por critérios de eficiência na prossecução do interesse público.

Cláusula 3.ª

Intangibilidade das atribuições



O presente contrato que visa tão só a colaboração entre as partes outorgantes não tendo o alcance de modificar, restringir ou excepcionar atribuições Municipais ou da Freguesia legalmente fixadas.

CAPÍTULO II

Intervenção e recursos

Cláusula 4.ª

Concretização da Obra, Funcionamento e Intervenções no Parque

- 1 - O **Primeiro Outorgante** autoriza expressamente que o **Segundo Outorgante** utilize, a título gracioso, o espaço referido no n.º 2 da Cláusula Primeira e concretize a obra de construção do "*Parque Intergeracional de Casal de Cambra*", atuando, enquanto dono da obra, no âmbito do procedimento de Empreitada de Obras Públicas, na fase pré-contratual, contratual e de execução do contrato até à receção provisória da obra, tendo o mesmo de decorrer obrigatoriamente nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos.
- 2 – Após a receção provisória da obra de construção do "*Parque Intergeracional de Casal de Cambra*", por parte do **Segundo Outorgante**, a mesma considera-se, nos termos do presente contrato, como uma benfeitoria integrada no património do **Primeiro Outorgante**.
- 3 – A integração da benfeitoria referida no número anterior no património do **Primeiro Outorgante** não confere ao **Segundo Outorgante** direito a qualquer indemnização ou compensação.
- 4 – O pagamento de todas as despesas assumidas no âmbito da Empreitada da obra de construção do "*Parque Intergeracional de Casal de Cambra*", incumbe ao **Segundo Outorgante**.



5 - Face ao disposto no n.º 2 verifica-se, a partir da receção provisória da obra, nos termos do artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos, a cessão da posição contratual do **Segundo Outorgante** ao **Primeiro Outorgante** no âmbito do Contrato de Empreitada, incumbindo a este o eventual acionamento das garantias contratuais e a receção definitiva da obra.

6 - A prática de todos os atos necessários a assegurar o funcionamento do Parque e das instalações, equipamentos e espaços que o integram, a partir da receção provisória da obra, melhor concretizados no n.º 3 da Cláusula Primeira, por parte do **Segundo Outorgante** compreende, nomeadamente a vigilância e limpeza.

7 - A substituição de equipamentos e aparelhos pelos seus equivalentes, sempre que decorra a cargo do **Segundo Outorgante** deve ser objeto de prévia comunicação ao **Primeiro Outorgante**.

8 - A concretização pelo **Segundo Outorgante** de obras e intervenções no Parque que consubstanciem alterações substanciais, designadamente modelações de terreno ou introdução / remoção de elementos construtivos, deve ser objeto de prévio parecer obrigatório e vinculativo por parte do **Primeiro Outorgante**.

Cláusula 5.ª

Recursos

1 - O **Primeiro Outorgante** disponibiliza uma verba de 100.000,00 € (cem mil euros) como apoio à concretização da obra de construção do "Parque Intergeracional de Casal de Cambra" por parte do **Segundo Outorgante**.

2 - A verba referida no número anterior é disponibilizada no prazo de 5 dias úteis subsequentes comunicação da adjudicação da Empreitada de construção do Parque por parte do **Segundo Outorgante**.



3 - O **Primeiro Outorgante** disponibiliza, a partir da receção provisória da obra, uma verba anual de 9.693,00 € (nove mil seiscientos e noventa e três euros) para apoio ao desenvolvimento das tarefas constantes do nº 3 da Cláusula Primeira por parte do **Segundo Outorgante**.

4 - O apoio previsto no número anterior destina-se a cobrir os custos com a manutenção e vigilância dos espaços que integram o Parque.

5 - No ano de 2019 a quantia referida no nº 3 é prestada somente a partir da receção provisória da obra, sendo reduzida proporcionalmente aos meses que mediarão entre esse ato e o fim do ano.

6 - Todas as transferências de meios financeiros por parte do **Primeiro Outorgante** estão condicionadas à existência de fundos disponíveis, no âmbito do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de Setembro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, complementada pela Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e demais legislação em vigor não havendo em caso de indisponibilidade, lugar a qualquer indemnização ou compensação daí decorrente.

7- As transferências previstas nos n.ºs 3 a 5 encontram-se igualmente condicionadas ao cumprimento por parte do **Segundo Outorgante** das obrigações legais quanto à gestão do espaço, designadamente a celebração dos seguros obrigatórios.

CAPÍTULO III

Acompanhamento e controlo

Cláusula 6.ª

Acompanhamento e controlo

1 - O projeto do “Parque Intergeracional de Casal de Cambra” deve ser aprovado pelo **Primeiro Outorgante** na sequência de parecer dos serviços municipais competentes.



2 - A execução do presente contrato será acompanhada, de forma contínua, pelo **Primeiro Outorgante** que pode, a todo o tempo e sem pré-aviso, solicitar ao **Segundo Outorgante** documentos relativos à concreta aplicação dos apoios, bem como realizar vistorias ao local abrangido para verificação do cumprimento do presente contrato.

3 - A análise documental à aplicação dos apoios incumbe ao DAF – Departamento de Administração, Finanças e Património e as vistorias que haja necessidade de realizar são efetivadas pelo DEP – Departamento de Obras Municipais e Intervenção no Espaço Público.

4 - O acompanhamento e aconselhamento ao **Segundo Outorgante** relativamente, ao desenvolvimento das tarefas referidas nas alíneas d) e e) do n.º 3 da Cláusula Primeira, por parte do **Primeiro Outorgante**, incumbem à DGEV – Divisão de Gestão de Espaços Verdes.

CAPÍTULO IV

Vigência

Cláusula 7.ª

Entrada em vigor, período de vigência e denúncia

1 - O presente contrato entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva subscrição e:

- a) Quanto à concretização da obra de construção do “Parque Intergeracional de Casal de Cambra”, vigora até à extinção dos efeitos da respetiva empreitada;
- b) Quanto ao funcionamento, vigilância e limpeza do “Parque Intergeracional de Casal de Cambra” tem a duração de quatro anos, podendo ser renovado automaticamente por períodos de um ano, num máximo de quatro anos.

2 - A denúncia do contrato, relativamente ao previsto na alínea b) do número anterior, pode operar mediante comunicação à contraparte com antecedência de 60 dias



relativamente ao termo do período inicial de 4 anos ou relativamente a cada uma das renovações anuais subsequentes.

3 – A denúncia do contrato deve ser submetida a deliberação dos órgãos Executivo e Deliberativo da respetiva Autarquia.

4 – A denúncia é concretizada mediante ofício registado remetido ao co-contratante.

Cláusula 8.ª

Resolução

1 – As partes podem resolver o contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

2 – A resolução do contrato deve ser submetida a deliberação dos órgãos Executivo e Deliberativo da respetiva Autarquia.

3 – A resolução é concretizada mediante ofício registado remetido ao co-contratante.

Cláusula 9.ª

Revogação

1 - O presente contrato é suscetível de revogação, fundamentada por razões de relevante interesse público, a qual deve ser submetida a deliberação dos órgãos Executivo e Deliberativo da respetiva Autarquia.

2 – A revogação é concretizada mediante ofício registado remetido ao co-contratante.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

Cláusula 10.ª

Ocorrências e Emergências

O **Segundo Outorgante** deve comunicar ao **Primeiro Outorgante** imediatamente, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o objeto do presente contrato.

Cláusula 11.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre os Outorgantes e do especialmente disposto nas Cláusulas 7ª, 8ª e 9ª, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico, identificado neste contrato, a saber:

- a) Município de Sintra: presidencia@cm-sintra.pt
- b) Freguesia de Casal de Cambra: secretaria@jf-casaldecambra.pt

2. Qualquer alteração das informações de contacto por via eletrónica constantes do presente contrato deverá ser comunicada à outra parte pela forma mais célere.

Cláusula 12.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos neste contrato são contínuos.

Cláusula 13.ª

Dúvidas e interpretação de lacunas resultantes deste Contrato

Em tudo o não estipulado aplicar-se-á o Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o Código do Procedimento Administrativo e o Código dos Contratos Públicos.



Cláusula 14.ª

Foro Competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 15.ª

Publicitação

O presente Contrato é objeto de publicitação no *site* institucional do Município de Sintra e da Junta de Freguesia de Casal de Cambra, sem prejuízo da publicitação legal das deliberações dos órgãos do Município e Freguesia, prevista no artigo 56º do Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A despesa global máxima estimada para este contrato no período de quatro anos é de 138.772,00 €, (cento e trinta e oito mil, setecentos e setenta e dois euros), que está cabimentada no orçamento municipal em vigor nas classificações 01.02.00/08.05.01.02 e 04.05.01.02 no plano na rubrica 4/4.2.2019.166.9/3, cabimentos número 7419005956 e 7419005958, respetivamente, processo de despesa CT-2019/19002422 e encontra-se autorizada pela Assembleia Municipal de Sintra, ao abrigo da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por deliberação tomada na sua Sessão 3.ª Sessão Ordinária de 19 de junho 2019 sob a Proposta n.º 504-AP/2019, aprovada pela Câmara Municipal a 11 de junho de 2019.

Para efeitos do cumprimento da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do disposto no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação atual, os compromissos válidos são os seguintes: para o ano de 2019, têm os n.ºs 7819007142 no montante de €100.00,00 e 7819007143 no montante de €4.846,50, respetivamente, que se anexam;

Os orçamentos de 2020, 2021, 2022 vão contemplar as verbas nos termos dos compromissos anos futuros números 8819001006, 8819001007, 8819001008 no montante de €9.693,00/cada e 2023 n.º 8819001009 no montante de €4.846,50, em anexo.



Este contrato face ao seu valor global, não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado nos artigos 46.º e 48.º, da Lei número 98/97, de 26 de agosto, com as alterações vigentes.

O presente Contrato vai ser assinado e rubricado pelas partes Outorgantes sendo constituído por quinze cláusulas, que declaram ter lido e a cujo cumprimento se obrigam reciprocamente, contendo catorze páginas e é lavrado em dois exemplares, valendo como originais, ficando um exemplar para cada uma delas.

Paços do Concelho, 27 de dezembro de 2019

Pelo Município de Sintra,

A Vereadora da Câmara,

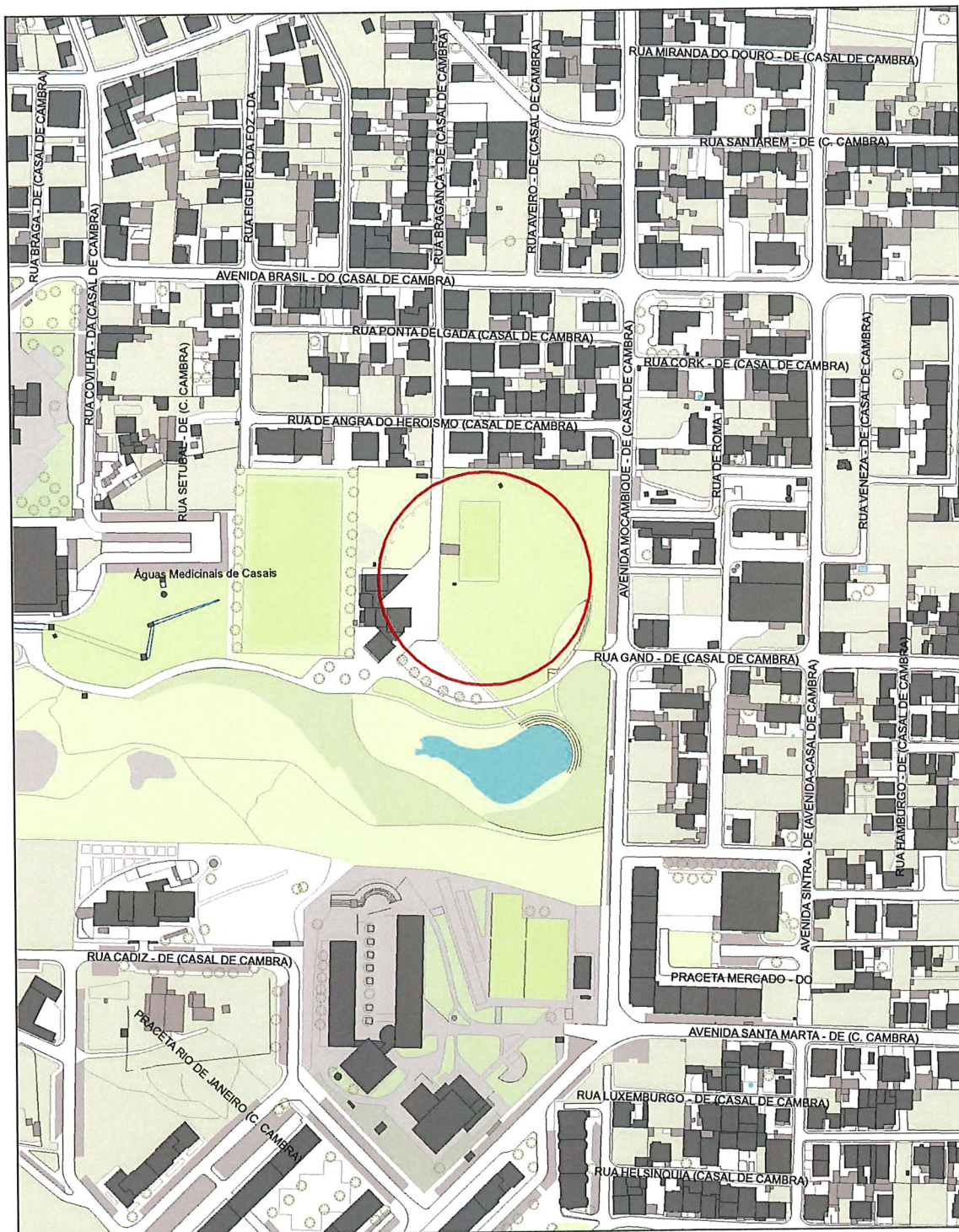
Pela Freguesia de Casal de Cambra
O Presidente da Junta de Freguesia

Mário Santos

ANEXO I

Parque Intergeracional de Casal de Cambra

Parque Urbano 25 de Abril de 1974 – R. de Bragança, Casal de Cambra





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

COMPROMISSO

Nº de COMPROMISSO: 7819007142

Data: 07.10.2019

Data do último ajuste de valor: 07.10.2019

Regime contabilístico aplicável - POCAL

Fonte de financiamento: AC 0,00 AA 100,00 FC 0,00

Descrição: CI - PARQUE INTERG. CASAL DE CAMBRA

Referência:

Serviço Requisitante: DQ

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

Orgânica:

01 Administração Autárquica

01.02 Câmara Municipal

01.02.00 Câmara Municipal

Económica:

D.08 Transferências de capital

D.08.05 Administração local

D.08.05.01 Continente

D.08.05.01.02 Freguesias

PPI/AMR:

4 Outras Funções

4.2 Transferências entre Administrações

2019.166 Descentralização Verbas Freguesia

9 CI construção parques intergeracionais

Entidade/Fornecedor: 1000002429 FREGUESIA DE CASAL DE CAMBRA

Fundo: 18989

ORÇAMENTO DE 2019

Nº Doc. financeiro: 500009296

Nº Cabimento: 7419005956 CI - PARQUE INTERG. CASAL DE CAMBRA

Nº Processo: CT-2019/19002429

Compr. Antigo:

Valor Cabimentado: 100.000,00

Valor Compromisso: 100.000,00

Saldo de Cabimento p/ Comprometer: 0,00

Foi validada a existência de fundos disponíveis à data

COMPROMISSOS ANOS FUTUROS

Total Compromissos 100.000,00

DATA IMPRESSÃO
07.10.2019

HORA IMPRESSÃO
11:14:30

UTILIZADOR
STSOUSA

Visto: CARLA ESMERALDA
DA SILVA RIBEIRO
Assistente de Gestão e Contabilidade
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra
Tel: 219236831 Fax: 219236840
dcco@cm-sintra.pt



COMPROMISSO

Nº de COMPROMISSO: 7819007143

Data: 07.10.2019

Data do último ajuste de valor: 07.10.2019

Regime contabilístico aplicável - POCAL

Fonte de financiamento: AC 0,00 AA 100,00 FC 0,00

Descrição: CI - PARQUE INTERG. CASAL DE CAMBRA

Referência: 2019

Serviço Requisitante: DQ

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

Orgânica:

01 Administração Autárquica

01.02 Câmara Municipal

01.02.00 Câmara Municipal

Económica:

D.04 Transferências correntes

D.04.05 Administração local

D.04.05.01 Continente

D.04.05.01.02 Freguesias

PPI/AMR:

4 Outras Funções

4.2 Transferências entre Administrações

2019.166 Descentralização Verbas Freguesia

3 CI manut. parques e polidesportivos

Entidade/Fornecedor: 1000002429 FREGUESIA DE CASAL DE CAMBRA

Fundo: 18983

ORÇAMENTO DE 2019

Nº Doc. financeiro: 500009297

Nº Cabimento: 7419005958 CI - PARQUE INTERG. CASAL DE CAMBRA

Nº Processo: CT-2019/19002429

Compr. Antigo:

Valor Cabimentado:	4.846,50
Valor Compromisso:	4.846,50
Saldo de Cabimento p/ Comprometer:	0,00

Foi validada a existência de fundos disponíveis à data

COMPROMISSOS ANOS FUTUROS

Ano	Documento	Montante
2020	8819001006	9.693,00
2021	8819001007	9.693,00
2022	8819001008	9.693,00
2023	8819001009	4.846,50

Total Compromissos 38.772,00

DATA IMPRESSÃO
27.12.2019

HORA IMPRESSÃO
12:08:43

UTILIZADOR
STSOUSA

Visto:

SÉRGIO RICARDO
TAVARES DE
SOUSA
Assinatura eletrónica de Sérgio Ricardo Tavares de Sousa
Data: 2019.12.27 12:08:43